

«DE CÁ PARA LÁ E DE LÁ PARA CÁ» — A PRAIA DE ESPINHO NO TEMPO DE AMADEO (1887-1918)

HUGO BARREIRA*

INTRODUÇÃO

Este texto resulta da investigação realizada no âmbito da nossa dissertação de mestrado em História da Arte Portuguesa¹, na qual analisámos as transformações no panorama arquitetónico espinhense entre 1900 e 1943, e para a qual remetemos para um maior desenvolvimento de alguns dos aspetos aqui abordados e consequente suporte documental.

A relação de Amadeo de Souza Cardoso com Espinho encontra-se mais ou menos afluada em diversas obras sobre a sua vida e a sua produção. Nelas encontramos as referências à amizade com Manuel Laranjeira e o seu círculo, bem como com outros banhistas famosos, nelas são também feitas referências às sociabilidades próprias de uma praia como Espinho e a alguns espaços como o Café Chinez. Encontra-se ausente destas obras, todavia, um olhar aprofundado sobre a vila que Amadeo conheceu e as suas transformações urbanísticas e arquitetónicas, constituindo-se aquela como cenário lacónico e incaracterístico, afluado em breves notas e figurado em ilustrações sem voz.

*Licenciado em História da Arte (2010), Mestre e Doutor em História da Arte Portuguesa (2013 e 2017) pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM. hugobarreirahart@gmail.com.

¹ BARREIRA, 2013. Sobre a paisagem e o território de Espinho veja-se o texto realizado no âmbito do *III Encontro do CITCEM*: BARREIRA, 2014.

Foi nesse sentido que optámos por fazer do espaço a personagem principal, invertendo a relação entre o ator e o cenário da biografia. Amadeo é, neste texto, uma figura de convite, fornecendo-nos um pretexto e uma cronologia, compreendida entre 1887 e 1918. Não será, porém, pela sua própria voz ou pelo seu próprio olhar que conheceremos Espinho, mas antes pela voz da própria vila, sussurrando em palimpsestos de sobrevivências à autofagia ou aguardando na quietude do documento.

Caracterizar a praia de Espinho entre 1887 e 1918 passará, então, por conhecer aspetos da sua administração e planeamento, da sua história urbana, das suas arquiteturas e das suas sociabilidades.

DE PRAIA A VILA — ESPINHO ENTRE 1887 E 1918

Terá sido a deslocação de pescadores oriundos do Furadouro, procurando a aproximação a mercados de escoamento como o Porto², a ditar o estabelecimento na costa da atual cidade de Espinho de uma população exclusivamente dedicada à pesca, entre os finais do século XVII e os inícios do século XVIII³. Contudo, a permanência da comunidade piscatória nos meses de inverno foi apenas assegurada pela descoberta do processo de salga do pescado, introduzido por Jean-Pierre Mijaule, natural do Languedoc, e que terá chegado ao Furadouro em 1776⁴, iniciando-se, deste modo, a formação de um aglomerado permanente.

As primeiras construções de madeira destinadas ao veraneio, mais elegantes e cómodas que os palheiros dos pescadores, apareceram a partir de 1830⁵ quando «[...] muitas famílias da média e alta burguesia do concelho da Feira e de outras localidades vizinhas começaram a procurar esta localidade como local de férias»⁶. Estimulando o aparecimento de atividades, como a de banheiro, que era desempenhada por pescadores já desde 1831⁷, a vilegiatura traz igualmente novos hábitos e práticas, como o jogo, que se expandiu rapidamente, permitindo a criação de capitais e investimentos futuros. Estes hábitos requeriam equipamentos próprios, que transformariam a praia, simultaneamente terapêutica e de lazer, então considerada um «sinónimo de civilização»⁸. A praia assistia a uma paulatina transformação com a construção da primeira casa de alvenaria por volta de 1843⁹ por ação de José de Sá

² Cf. GAIO, 1999: 61.

³ Cf. BRANDÃO, 1983: 10.

⁴ Cf. BRANDÃO, 1983: 69.

⁵ Cf. RIBEIRO, 2001: 5.

⁶ RIBEIRO, 2001: 5.

⁷ Cf. AMORIM, 1999: 11.

⁸ Cf. RIBEIRO, 2001: 5.

⁹ Cf. BRANDÃO, 1991: 25.

Couto, industrial de papel de Oleiros¹⁰. As fontes não são muito precisas quanto à expansão do edificado de alvenaria, referindo-se a existência de quatro casas já em 1843¹¹, ou que, em 1860, seriam apenas duas¹².

Determinante seria também a chegada do caminho de ferro em 1863¹³, ainda sem contemplar Espinho com uma paragem¹⁴, o que atraía gente de praias vizinhas como o Furadouro ou a Torreira¹⁵. O aglomerado seria dotado de um apeadeiro somente em 1870, por ação de banhistas influentes¹⁶. Devido ao elevado volume de passageiros, é construída uma estação em 1873¹⁷. Graças ao novo meio de transporte, Espinho passaria a receber um número cada vez maior de banhistas, provenientes de diversas partes do país e de Espanha¹⁸, consolidando o seu estatuto como praia de banhos. Do mesmo modo, também outras potencialidades de investimento se criavam ou incrementavam com as ligações a diversas localidades, datando de 1876 a primeira fábrica de conservas com sede no Porto¹⁹. A importância do caminho de ferro para o desenvolvimento de Espinho era bem perceptível na época, levando Ramalho Ortigão, em 1876, a considerar que Espinho lhe devia o seu aspeto atual²⁰.

Seria assim, sobretudo a partir dos anos 60, que Espinho conheceria um autêntico surto construtivo, dotando-se de habitações e equipamentos, para o que contribuía o incentivo da Câmara da Feira, que fornecia os terrenos de graça a quem pretendesse edificar²¹.

A expansão do aglomerado estaria longe de se fazer de forma ordenada, segundo nos diz Pinho Leal em 1874:

Muitos mais cavalheiros foram construindo bonitas casas de pedra e cal, mas sem ordem nem regularidade no seu alinhamento, até que a câmara da Feira providenciou isto, marcando os arruamentos, e agora, as que modernamente se teem construído e vão construindo, já formam ruas regulares. Está pois hoje Espinho uma linda e já não pequena villa, e em poucos annos de certo será uma das boas villas de Portugal²².

¹⁰ Cf. PEREIRA, 1970: 15.

¹¹ Cf. BRANDÃO, 1991: 25.

¹² AMORIM, 1999: 11.

¹³ Cf. CASTRO, 2005: 54.

¹⁴ Os passageiros teriam de sair na Granja ou em Esmoriz. Sobre a influência de Fructuoso Ayres, «fundador» da Praia da Granja, na passagem do caminho de ferro *vd.* BRIZ, 2003.

¹⁵ Cf. VENTURA, 1982: 85.

¹⁶ Cf. GAIO, 1999: 39.

¹⁷ Cf. CASTRO, 2005: 55.

¹⁸ Sobretudo a partir de 1880, com a abertura da ligação direta entre Lisboa e Madrid (cf. RIBEIRO, 2001: 17).

¹⁹ Cf. CASTRO, 2005: 56. Sobre as fábricas mais antigas *vd.* DIAS, 1981: 219-347.

²⁰ Cf. ORTIGÃO, 1876: 89.

²¹ Cf. PEREIRA, 1970: 16.

²² LEAL, 1874: 62.

Esta medida da edilidade foi decisiva para conferir a Espinho uma identidade que ainda hoje permanece. Existem referências a uma *planta da Costa* já em 1866²³, com malha ortogonal, bem como à demolição de construções no ano seguinte, por se encontrarem fora do alinhamento²⁴. Em 1870, o Engenheiro Militar Bandeira Coelho de Mello faz o levantamento da planta da praia²⁵, com base na qual se elaborou um Plano de Melhoramentos que seria aprovado em 1876²⁶. Nele estariam contempladas importantes obras de beneficiação da localidade, como a concessão de licenças para construção, o alinhamento das mesmas, a arborização, iluminação e abastecimento de água, os acessos, a construção de um matadouro, entre outras²⁷. Seguir-se-iam outras propostas nos anos 80²⁸, procurando agilizar a prossecução das obras e reforçando a necessidade de prolongamento e melhoramento de algumas vias, como a Rua Bandeira Coelho (atual Rua 19), que se tornaria, progressivamente, o novo centro da povoação.

Em 1866, devido à falta de condições da capela de Nossa Senhora da Guia, construída no início do século XIX²⁹ — então já denominada de Nossa Senhora da Ajuda, e em torno da qual se realizavam os festejos em honra de Santa Rita desde finais da década de 60 e, na década seguinte, já em honra da padroeira³⁰ —, uma comissão, formada por representantes das companhias de pesca, decide adquirir o templo e proceder à construção de um novo³¹. A esta comissão juntaram-se alguns membros da colónia balnear, liderados pelo Conde da Graciosa³², que, discordando do local da construção, acabariam por edificar um novo templo, a capela de Santa Maria Maior, a nascente do caminho de ferro, em 1877³³. A anterior comissão, apoiada pelo Comendador Sá Couto, acabaria por edificar uma capela no Largo de Nossa Senhora da Ajuda, tendo sido aberta ao culto em 1883³⁴, elevada a igreja em 1886, e, três anos depois, a matriz, quando, em 1889, Espinho consegue a sua autonomia paroquial.

²³ CASTRO, 2005: 67. André de Lima também faz referência a uma planta de 1866.

²⁴ CASTRO, 2005: 68.

²⁵ CASTRO, 2005: 66.

²⁶ CASTRO, 2005: 66.

²⁷ Para uma análise da execução do Plano, bem como as dúvidas existentes sobre os diversos processos, *vd.* CASTRO, 2005: 66-79.

²⁸ Cf. CASTRO, 2005: 68-71.

²⁹ Cf. BARREIRA, 2013: 23-24.

³⁰ Cf. GAIO, 1999: 124.

³¹ Cf. BRANDÃO, 1991: 17-18.

³² Cf. BRANDÃO, 1991: 18.

³³ Cf. GAIO, 1999: 126-127.

³⁴ Cf. GAIO, 1999: 127-128.

A construção dos dois templos, dos quais apenas o primeiro sobreviveria, tendo as invasões do mar destruído a igreja em 1904³⁵, presta-se como metáfora da heterogeneidade do aglomerado, caracterizado pelos membros da colónia balnear, as famílias nobres como a da Graciosa, de São João de Ver ou da Foz de Arouce, que construíam as suas casas afastadas do mar, e os arrais, secundados por outras figuras, que se agarravam ao velho núcleo. Semelhante imagem, do velho e do novo, está presente na descrição que Ramalho Ortigão faz de Espinho, cerca de 1876:

A povoação de Espinho divide-se em dois bairros diferentes, separados pelo largo do mercado. Para nascente, até á estação do caminho de ferro, fica o bairro novo e caro; para o poente, até a praia, acha-se o antigo bairro pobre. [...]

As antigas barracas de madeira dos primitivos habitantes acham-se mascaradas para o lado da estrada pelas edificações modernas que se alinhavam com uma certa grandiosidade burguesa, nas duas principaes ruas novas, a da Assembleia e a do Bandeira de Mello.

No velho bairro, as ruas estreitas e tortuosas, os antigos casebres esbeiçados que pendem em ruínas esfarpadas, as saliências das varandas de pau, empenadas e barriguadas, a fogueira de pinho que está dentro ardendo no lar, as creanças semi-nuas que sahem á rua, as mantas ou as redes de pesca, penduradas das janellas ou estendidas a enxugar em duas varas, teem um cunho muito característico, de um pitoresco oriental³⁶.

O «velho bairro» que Ramalho descreve seria arrasado pelas invasões do mar, subsistindo ainda algumas construções de madeira ao longo das primeiras décadas do século a sul da povoação, de acordo com a documentação fotográfica que conhecemos. O «novo bairro» seria terreno fértil para o desenvolvimento de novas arquiteturas, que Júlio César Machado descreve, em 1878, como sendo «moda das grandes cidades, alinhadas, e munidas de fachadas perfeitamente lisboenses»³⁷.

Através do levantamento da toponímia de 1873, feito por Marina Castro³⁸, e do seu cruzamento com a planta elaborada por Bandeira Coelho de Mello, da qual conhecemos apenas uma cópia posterior, é possível perceber um pouco melhor o aglomerado na viragem para a década de 80. A Rua do Cruzeiro, atual Rua 2, articulava-se com a primeira praça do aglomerado, o Largo ou Praça de Nossa Senhora da Ajuda, onde se localizava o primeiro templo da praia, dividindo, por sua vez, o aglomerado em dois «bairros», o primitivo, e irregular, e um novo,

³⁵ Cf. GAIO, 1999: 128.

³⁶ ORTIGÃO, 1876: 89.

³⁷ MACHADO & CHAGAS, [1877]: 220.

³⁸ CASTRO, 2005.

de traçado ortogonal. No «bairro novo», com a já referida Rua do Bandeira Coelho, que homenageava o autor da planta, destacam-se as ruas onde se localizavam os principais equipamentos da Praia, como a Rua da Assembleia (atual Rua 17) ou a Rua da Estação (atual Avenida 8). Do mesmo modo, também encontramos a Rua da Graciosa (atual Rua 8), onde a família tinha a sua residência, a Rua do Retiro (atual Rua 21), que cumpria, grosso modo, a função do antigo caminho que rumava ao centro de Anta, e a Rua da Fonte.

No «bairro velho» a toponímia alude às ocupações e quotidiano da comunidade piscatória, ainda que já transformada pela vilegiatura, com nomes como Rua dos Pescadores, Rua do Pescado, Rua dos Banheiros, Rua dos Banhos, Rua do Mar, Rua do Poço ou Rua do Miradouro³⁹. Os registos fotográficos mais antigos que conhecemos⁴⁰ foram, na sua totalidade, tomadas de vistas provenientes do Largo de Nossa Senhora da Ajuda ou da Rua Bandeira Coelho, pelo que a imagem do «bairro velho» apenas pode ser reconstituída a partir das descrições do aglomerado.

A melhor fonte para conhecer Espinho no final da década de 80 do século XIX continua a ser o vívido texto de Ramalho Ortigão em *As Farpas*⁴¹. Para preparar o leitor, Ramalho, que já descrevera a praia na década anterior em *As Praias de Portugal*⁴², começa por lhe pedir para imaginar «uma grande feira», passando então a uma rica e saborosa visão do aglomerado:

Largos arruamentos rectangulares. Lojas para a direita, lojas para a esquerda: camisarias, chapelarias, quinquilharias, modas, em instalações provisórias nos prédios todos novos, com grandes tabuletas de lojistas do Porto, sucursal deste, sucursal daquele, sucursal daquele outro.

Circulando no macadame, uma espessa multidão rajada de tipos diversos de forasteiros.

Famílias espanholas, famílias beiroas, famílias lisboetas, famílias do Porto. Janotas de Lamego, da Régua, de Viseu [...].

Eclesiásticos morenos, sólidos, de beiços grossos, sobranceiras cerradas [...].

Lavradores minhotos ou transmontanos [...].

Mulheres do campo [...].

Tudo isto bole, mexe, rabeia, de cá para lá e de lá para cá, no grande arruamento central a que chamam o Chiado, numa atmosfera vivaz, sacudida, peneirada por uma animação de arraial, confusa de cheiros e ruídos diferentes, impregnada de vapores de fritura e de exalações de caranguejos fermentados ao

³⁹ Não possuímos dados que nos permitam identificar a localização das ruas.

⁴⁰ Encontram-se publicados, pela primeira vez, em ANACLETO, 1997.

⁴¹ ORTIGÃO, 1987.

⁴² ORTIGÃO, 1876.

*sol, envolta em poeira, repicada de pregões, de música feirense, do tilintar do dinheiro nas batotas, e do estourar de foguetes na estação, aos comboios que chegam com banhistas novos*⁴³.

O autor fornece-nos muitos ingredientes para caracterizar a povoação. Para lá da agitação e da notória heterogeneidade dos seus habitantes, permanentes ou sazonais, das quais se denota a convivência da praia da vilegiatura e da praia dos pescadores, destacam-se os largos arruamentos regulares, alguns dos quais revestidos a macadame, os edifícios novos e a profusão de estabelecimentos comerciais. Do mesmo modo, facilmente se percebe a estreita ligação entre o Porto, a cidade mais próxima, e a praia, que dela procura ser, de certo modo, uma extensão.

O «Chiado», ou a rua 19 a poente da linha, era o centro do «Espinho novo», partindo da Praça Velha até ao caminho de ferro. Junto a arruamentos centrais, como este, erguiam-se os novos prédios, construções de alvenaria, com fachadas de cantaria lavrada e plástica cuidada, como a do Hotel Bragança, que teria sido uma residência de «brasileiro de torna viagem», construída em 1873⁴⁴. Em frente, erguia-se o edifício do Café Chinez, que abrira as suas portas em 1889⁴⁵, e que Ramalho, por entre a mordacidade, e apelidando-o de «Celeste Império», descreve deste modo:

*é espaçoso e nobre. Nada da futriquite das repartições públicas, dos estabelecimentos de instrução ou das secretarias de Estado! Soberbos espelhos em magníficas molduras imitando o charão, mas imitando-o sem servilismo nem baixeza, cobrem os muros, de grande pé direito, nos espaços intermediários das janelas amplas e rasgadas até ao tecto. A ventilação é excelente e a luz penetra largamente nas salas com uma profusão que ainda não vi em nenhuma das escolas nem das galerias do País*⁴⁶.

Seria este o único edifício a merecer o destaque do escritor, além das referências à qualidade dos hotéis, que eram igualmente gabadas por outros visitantes. Ramalho considerava Espinho uma «praia democrática», por oposição a «praias elitistas», como a Granja ou Cascais⁴⁷. Esta democraticidade estava bem patente nos numerosos casinos, ilegais mas tolerados⁴⁸, que se erguiam em cafés como o Chinez, e onde qualquer pessoa poderia pisar «no valete com o senhor

⁴³ ORTIGÃO, 1987: 116-117.

⁴⁴ NEVES, 1982: 22.

⁴⁵ RIBEIRO, 2001: 40.

⁴⁶ ORTIGÃO, 1987: 117.

⁴⁷ Cf. RIBEIRO, 2001: 6-7.

⁴⁸ Cf. GAIO, 1999: 121.

conselheiro»⁴⁹. A heterogeneidade dos seus veraneantes, com uma multiplicidade de hábitos e horários, influenciava as vivências sociais⁵⁰, mas, na nossa opinião, poderá igualmente ter contribuído para direcionar o desenvolvimento arquitetónico, graças à perceptível especulação imobiliária⁵¹. Ramalho, na mesma década, refere já a existência de numerosas casas para alugar, incluindo um prédio novo alugado em duas metades, uma ao dia e outra ao ano⁵².

Além de numerosos e bons cafés e hotéis, Espinho possuía um dos componentes principais da estância balnear, a Assembleia⁵³, que começaria a funcionar em 1864, sendo construído um novo edifício, junto à estação, no ano seguinte⁵⁴. Ao contrário da vizinha Assembleia da Granja, que reunia os responsáveis pelos melhoramentos da praia, a Assembleia de Espinho destinava-se sobretudo a fins recreativos⁵⁵. Ainda antes do final do século, seria dotado de um teatro, constituindo a «grande sala de espetáculos até à inauguração do “Teatro S. Pedro”, em Agosto de 1947»⁵⁶. Contudo, também este Teatro Aliança, propriedade do empresário portuense João Baptista de Carvalho e que abria as suas portas em 1890⁵⁷, seria um edifício modesto, construído em madeira e possuindo fracas condições de segurança⁵⁸. Em 1895 construíam-se mais dois corpos, isolados do edifício principal⁵⁹. O seu aspeto exterior, voltado para as ruas 19 e 16, está mal documentado, aparentando ser um simples edifício térreo com arcadas. Receberia, mais tarde, um benefício através da criação de um «jardim» no logradouro paralelo à Rua 16, denominando-se de «Cine-Jardim Sport» sendo conhecidos vários registos fotográficos.

Além das sociabilidades mais próprias do ambiente urbano, os banhistas exploravam os terrenos de natureza rural compreendidos entre a Praia e as povoações do interior. Assim, Ramalho refere os grupos que passeavam «[...] de tarde, ao longo da estrada da Granja, ou no caminho dos pinhais circunvizinhos»⁶⁰. A Fonte do Mocho, localizada junto ao Rio Largo, onde atualmente se encontra o pontão de prolongamento da Rua 20 para Norte, era um ponto de referência, graças

⁴⁹ ORTIGÃO, 1987: 117.

⁵⁰ Sobre as sociabilidades em Espinho *vd.* RIBEIRO, 2001.

⁵¹ Sobre a especulação imobiliária na Foz do Douro e o seu reflexo nas arquiteturas *vd.* CARVALHO, 1997: 126-133.

⁵² Cf. ORTIGÃO, 1876: 92.

⁵³ Importada das modas inglesas e funcionando como espaço privilegiado de sociabilização (cf. RIBEIRO 2001: 62; BRIZ, 2003).

⁵⁴ RIBEIRO, 2001: 61.

⁵⁵ Cf. RIBEIRO, 2001: 66.

⁵⁶ RIBEIRO, 2001: 91.

⁵⁷ RIBEIRO, 2001: 91.

⁵⁸ RIBEIRO, 2001: 91.

⁵⁹ RIBEIRO, 2001: 91.

⁶⁰ ORTIGÃO, 1987: 117.

ao cruzamento de banhistas e habitantes das comunidades piscatória e agrícola, refletindo, uma vez mais, a dualidade do aglomerado. Bem documentada pelos registos fotográficos, nela se conciliavam, além do lazer dos banhistas, as funções de abastecimento de água e lavagem de roupa.

Estava, deste modo, consolidada a praia de banhos e de lazer, podendo ser definida aquilo que designamos por «área de receção», na atual Avenida 8, então designada por Rua da Estação, a qual se manteria, sensivelmente, com as mesmas funções no período de vida de Amadeo. Saindo da estação, o banhista encontraria, ao longo da rua, o conjunto do Hotel Bragança, do Café Chinez e da Assembleia, bem como o «Chiado», que o conduziria aos espaços comerciais e à praia.

Com a consolidação da novel povoação, chegam as necessidades de expansão que conduzem, naturalmente, o edificado para nascente. As famílias mais abastadas não só faziam investimentos imobiliários, como investiam também nas companhias de pesca e na própria comunidade piscatória, sendo Joaquim de Sá Couto um dos principais impulsionadores, colocando «[...] os seus largos capitais à disposição dos habitantes, que assim puderam construir um lar próprio, o que, para muitos, foi um estímulo para que progredissem na vida»⁶¹. Das famílias dos pescadores emergiam pessoas influentes como António de Pinho Branco Miguel Júnior, primeiro presidente da Junta de Freguesia e proprietário de diversos edifícios⁶².

Dez anos depois de conquistada a autonomia paróquial em relação a Anta, em 1889, Espinho conseguia a independência concelhia⁶³, reivindicando as condições para assegurar o seu desenvolvimento, as quais a Vila da Feira não conseguia assegurar⁶⁴. O novo concelho, constituído unicamente por Espinho, contava então com uma população de cerca de quatro mil pessoas, ascendendo às vinte mil na época balnear⁶⁵, aumentando cerca de 41% até 1911⁶⁶.

Uma das primeiras iniciativas da nova edilidade seria o levantamento da nova planta da povoação e a elaboração de um plano de melhoramentos, tarefa realizada pelo Engenheiro Augusto Júlio Bandeira Neiva⁶⁷. A nova planta consolida as opções tomadas com o Plano de 1876, alargando-as à área total do concelho, que estava agora definida. Bandeira Neiva define igualmente a implantação do Hospital, o Mercado, os Paços do Concelho, o Parque, a Feira e um largo, em frente

⁶¹ Cf. RIBEIRO, 2001.

⁶² Sobre António Miguel *vd.* MIGUEL, 2000.

⁶³ Cf. MIGUEL, 2000: 5.

⁶⁴ Cf. MIGUEL, 2000: 5.

⁶⁵ Cf. MIGUEL, 2000: 5.

⁶⁶ Cf. GAIO, 1999: 275.

⁶⁷ Cf. CASTRO, 2005: 70. Sobre a importância da Planta para o desenvolvimento da futura cidade de Espinho *vd.* FERREIRA, 2005: 70.

à nova igreja, todos a nascente da linha férrea⁶⁸. Os avanços do mar contribuíam certamente para este sentido da expansão, bem como a necessidade de espaço, tendo em conta a densidade da ocupação a poente da linha⁶⁹. A partir da análise da Planta podemos tirar algumas conclusões quanto à expansão de Espinho desde os meados do século passado. A área mais antiga e irregular, em grande parte desaparecida por ação do mar, circunscrevia-se a uma área a poente da Rua 2, compreendida entre a Rua 23 e a Rua 11, aumentando para nascente, progressivamente, até atingir a Avenida 8 a norte da Rua 5. Para sul, o traçado da quadrícula infletia, seguindo a linha férrea, e, a partir da atual Rua 39, a nascente da linha, seguia paralelo aos muros da Fábrica de Conservas Brandão, Gomes & C.^a. A poente da linha, a Rua 37 era a última perpendicular ao mar e paralela às restantes. Além do traçado da Estrada Distrital (Rua 62) e do traçado da estrada para a Vila da Feira, que cortavam a quadrícula em diagonais, originando pontos de tensão na articulação das transversais, existiam ainda diversos caminhos que deixaram as suas marcas na edificação⁷⁰. Por outro lado, no interior dos quarteirões definidos na planta, existiam já algumas construções que não respeitavam qualquer tipo de alinhamento e que, ainda hoje, são perceptíveis numa observação mais atenta, nomeadamente nas imediações da Rua 62.

Assim, se a planta de 1870 regulava a edificação e a expansão do aglomerado primitivo, numa lógica de praia de banhos, a planta de 1900 procurava assegurar a edificação na totalidade do novo Concelho de Espinho. O caminho de ferro deixava agora de ser o limite nascente do aglomerado para passar a ser um eixo aproximadamente central nas primeiras décadas do novo século. Não devemos, todavia, considerar que a Planta de 1900 atualiza a planta anterior, mas antes que a encara como uma pré-existência, sendo notório que, entre 1899 e 1900, os pedidos de licença de alinhamentos tenham sido suspensos até à realização da nova planta⁷¹.

Durante o período de vida de Amadeo, Espinho ganharia uma das suas características identitárias com a numeração das ruas em 1911⁷². É importante, porém, atentar que esta, embora podendo derivar das características da malha ortogonal, está separada da conceção da planta por mais de uma década, o que, tendo em conta a destruição provocada pelas invasões do mar, nos pode levar a afirmar que a vila de 1911 era sobremaneira diferente da vila de 1900.

A ação das invasões do mar seria sobremaneira importante para a expansão e consolidação de Espinho ao longo do século XX. Até 1910, destruiria a povoação

⁶⁸ Cf. FERREIRA, 2005: 70-71.

⁶⁹ Cf. FERREIRA, 2005: 71. Este facto fica claramente perceptível na comparação das plantas de 1870 e 1900.

⁷⁰ *Vd.* BARREIRA, 2014.

⁷¹ *Vd.* BARREIRA, 2014.

⁷² Cf. BARREIRA, 2013: 14.

primitiva a poente da atual Rua 2⁷³ e, com ela, o velho centro cívico, a Praça de Nossa Senhora da Ajuda, onde se encontrava a igreja e a Câmara Municipal e onde se realizava a festa da padroeira. Até ao final do período em estudo, Espinho veria o seu antigo centro destruído e os seus elementos dispersos em diversos polos. Do mesmo modo, os edifícios dos «bairros novos» estavam agora descontextualizados e a leitura urbana do aglomerado seria necessariamente diferente. Além de palheiros e vielas, o mar levou as habitações de alvenaria mais antigas, originando prejuízos e novos investimentos, tendo, de igual modo, obrigado a edilidade a tomar diversas medidas de defesa que, com pior ou melhor êxito, contribuíram para dar a Espinho o aspeto atual.

Parece-nos, no entanto, que um fator decisivo para consolidar o progresso do aglomerado fora o estabelecimento da Fábrica de Conservas Brandão, Gomes & C.^a, bem como a ação dos três sócios, «brasileiros de torna viagem», Alexandre Brandão, Henrique Brandão e, sobretudo, Augusto Gomes⁷⁴. A fábrica, além de contribuir para propagandar o nome de Espinho, fomentou a atividade piscatória, criou postos de trabalho, atraindo novos residentes e dinamizando a comunidade, e contribuiu para dotar a vila de recentes inovações como a luz elétrica ou o telefone⁷⁵. A capacidade de iniciativa e inovação⁷⁶ demonstrada pelo chamado «grupo da fábrica» — não só os seus proprietários, mas também os funcionários superiores —, contribuiria muito para o desenvolvimento de Espinho, atraindo novas indústrias e dinamizando as associações locais⁷⁷. A sua vasta rede de contactos e influências fora determinante para a autonomia da povoação e para o seu desenvolvimento.

No que diz respeito às construções de iniciativa privada, até 1908, não encontramos plantas ou alçados a acompanharem os pedidos de licença⁷⁸, o que pode ser explicado por a sua apresentação ser meramente facultativa. Em sessão de 28 de novembro de 1908, o vereador Eurico Pouzada sugere que se deveria exigir «[...] quando não seja uma planta completa da obra projectada, ao menos o alçado [...]»⁷⁹, respondendo o presidente que dado que as posturas existem «[...] é apenas questão de as fazer cumprir»⁸⁰. Não são utilizados quaisquer argumentos respeitantes à estética dos edifícios.

⁷³ Sobre este assunto ver GAIO, 1999: 276-285.

⁷⁴ Sobre este assunto ver GAIO, 1999: 155-186.

⁷⁵ Cf. GAIO, 1999: 155-156.

⁷⁶ Na publicidade inovadora para a época, por exemplo.

⁷⁷ Cf. DIAS, 1981: 274.

⁷⁸ À exceção de plantas topográficas relacionadas com alinhamentos.

⁷⁹ AME — *Livro de Actas das Sessões da Câmara*, n.º 3, Sessão de 28 de novembro de 1908, fl. 107.

⁸⁰ AME — *Livro de Actas das Sessões da Câmara*, n.º 3, Sessão de 28 de novembro de 1908, fl. 107.

Em 1912 é aprovado o «Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas no Concelho de Espinho» e as «Posturas Municipaes do Concelho de Espinho. Via publica — policiamento — uso — conservação — estética dos edificios»⁸¹. As *Posturas* pretendem regular os comportamentos nos espaços públicos e, no campo da edificação, reforçam a obrigatoriedade de cumprimento do Regulamento e dos pedidos de licenciamento, bem como de reparação dos edificios arruinados. O *Regulamento de Salubridade*, integrável na legislação nacional de 1903⁸², reflete sobretudo as preocupações higienistas que caracterizavam a época.

Não existia qualquer referência a um técnico municipal até 1910, altura em que encontramos pareceres assinados por Avelino Vaz⁸³, que possivelmente pertencia ao círculo de Manuel Laranjeira e figura em diversas fotografias com Amadeo⁸⁴, e que foi ainda o autor do projeto do Mercado Municipal, de 1914, e do projeto de melhoramentos da escola primária, de 1912⁸⁵.

Embora os edificios da primeira década do século sejam predominantemente tradicionais, o início de novecentos ficou marcado por algumas construções que se integravam no percurso que a arquitetura portuguesa fazia rumo à modernidade. O que maior impacto teria, pela sua dimensão e simbologia, seria a nova igreja matriz, cujo complicado processo que conduziria à sua edificação, a nascente da linha férrea, havia começado já nos finais de oitocentos⁸⁶. Ao concurso da Junta de Paróquia acorreram os arquitetos José Marques da Silva e Arnaldo Redondo de Adães Bermudes⁸⁷, acabando o procedimento por ser anulado, envolto em fama de ilegalidade e com protestos de Marques da Silva⁸⁸. Contudo, o projeto de Adães Bermudes acabaria por ser oferecido por Henrique Brandão, vogal da Junta de Paróquia e um dos proprietários da Fábrica de Conservas, e as obras podiam finalmente começar, embora só terminassem por volta de 1933. O concurso original deixava à responsabilidade do arquiteto «o estilo e gosto do projeto»⁸⁹.

⁸¹ Cf. CASTRO, 2005: 120. É o primeiro Código de Posturas cuja publicação conhecemos, havendo no entanto indício que a Câmara Municipal haveria adotado, provisoriamente, o Código de Posturas vigente sob a administração da Câmara da Feira (cf. LOPES, 1998: 76).

⁸² Cf. CASTRO, 2005: 120. Sobre os instrumentos que permitem ao poder municipal exercer o seu controlo sobre o edificado *vd.* FERNANDES, 2002: 192-209.

⁸³ Desconhecemos a sua formação.

⁸⁴ De acordo com BELÉM & RAMALHO, 2009. A fotobiografia mais recente (ALFARO, 2016) levanta a hipótese de o mesmo indivíduo se tratar de Eurico Pouzada, o já referido vereador do parecer de 1908.

⁸⁵ *Vd.* CASTRO, 2011.

⁸⁶ Cf. ANACLETO, 1997: 511.

⁸⁷ Bem como o condutor de obras públicas António Eduardo Arouca e o desenhador Hermógenes Júlio dos Reis, trabalhando em parceria (cf. ANACLETO, 1997: 514).

⁸⁸ Cf. ANACLETO, 1997: 514-515.

⁸⁹ Cf. DIAS, 1981: 323.

A nova igreja, embora filiada num ecletismo tardio⁹⁰, anuncia já uma viragem para a modernidade, aparentada com o «[...] *modelo progressista*, prático, objetivo [...]»⁹¹, que Ventura Terra, outro recém-chegado de Paris, praticava em Lisboa e que Marques da Silva trazia para o Porto. Em Espinho, encontramos sinais desta renovação nas casas mandadas construir na viragem do século pelos proprietários da Fábrica de Conservas na Rua 8⁹². Contudo, com a necessidade de novos edifícios para habitação, permanente e sazonal, bem como para o comércio, é dada a primazia a outras tipologias, tais como os edifícios unifamiliares de menores dimensões. Implantados à face da rua e, em muitos casos, construídos em associação, podiam destinar-se ao rendimento⁹³. As restantes tipologias derivavam, uma vez mais, da necessidade de valorizar o terreno, destacando-se os edifícios plurifamiliares e os edifícios multifuncionais, albergando uma ou mais habitações e comércio. A planta de habitação mais frequente desenvolve-se ao longo de um só andar, em muitos casos sobrelevado, e é construída nas zonas centrais da vila⁹⁴. As habitações desenvolvidas em altura, próxima das plantas recorrentes no Porto, são excecionais, embora estejam documentadas, tal como no caso do requerimento de António Dias Ferreira, para a Rua 19, em 1916⁹⁵.

No novo século, os programas de habitação unifamiliar com algum aparato e dimensão encontrarão expressão principal nos edifícios com características associáveis à vilegiatura. Tirando grande partido do logradouro para a implantação da habitação ou para a sua organização planimétrica, estes programas ocupam lotes de grandes dimensões e são construídos em zonas mais afastadas do centro e com características, à época, mais rurais. A título de exemplo, encontramos programas mais eruditos, como as habitações de Manoel Rodrigues Pereira e de Augusto Constante, datáveis de 1912⁹⁶, ou a habitação de António Ferreira da Costa, de 1913⁹⁷, com um programa mais associável à construção corrente que marca indelevelmente as arquiteturas em Espinho ao longo da primeira metade do século.

⁹⁰ Que, à semelhança do que acontecia no século anterior, não conheceria grandes adeptos em Espinho. Contudo, em 1905, a *Praça de Touros* utilizava um tímido e «obrigatório» neoárabe. O projeto era do Eng.º Casimiro Jerónimo de Faria, que já havia construído a Praça da Alegria, no Porto (cf. RIBEIRO, 2001: 55-56). O edifício seria demolido em 1931 (AME — *Processos de obras particulares*, 1931, doc. 3).

⁹¹ Cf. ALMEIDA & FERNANDES, 1986: 74.

⁹² AME — *Processos de obras particulares*: 1909, doc. 41.

⁹³ Veja-se as casas mandadas construir por Joaquim Ferreira de Oliveira e Souza, em 1910, na Rua 62. O proprietário construíra já, na mesma rua, em 1902, uma habitação familiar de grandes dimensões.

⁹⁴ Cf. BARREIRA, 2013: 45.

⁹⁵ AME — *Processos de obras particulares*: 1916, doc. 37.

⁹⁶ AME — *Processos de obras particulares*: 1913, doc. 143.

⁹⁷ AME — *Processos de obras particulares*: 1913, doc. 46, 69.

A plástica decorativa não difere em grande medida dos seus antecessores oitocentistas. Assim, mantêm-se as pilastras e a cornija, em cantaria ou, mais frequentemente, modeladas nas massas, e a ornamentação das molduras dos vãos, bem como os elementos em serralharia artística, nas guardas de janelas, sacadas e bandeiras de portas. A estes elementos, cuja complexidade de materiais variava com a condição do edifício, juntam-se os revestimentos azulejares, com diversos processos de fabrico, e outros elementos cerâmicos como as estátuas e pinhas nos cunhais e acrotérios⁹⁸ ou os balaústres cerâmicos nas platibandas. Por vezes, eram também executadas aplicações em massas, formando tabuletas e cartelas nas platibandas cegas. A plástica decorativa assentava assim numa adição de elementos, demonstrando um gosto pela ornamentação da arquitetura que se manterá ao longo do período em estudo, sofrendo mutações com a chegada das novas linguagens.

Já antes de 1910 uma renovação de um estabelecimento comercial no ângulo das ruas 8 e 19 assinalava a chegada da *Arte Nova* a Espinho, através do movimentado tratamento dos revestimentos e do desenho dos vãos e da serralharia artística, formando um interessante conjunto, possivelmente inspirado em ilustrações estrangeiras e que conhecemos apenas através de fotografias⁹⁹. Contudo, e embora com um começo promissor, a *Arte Nova* não marcaria Espinho de uma forma muito diferente da que acontecia no resto do país, desprovida da carga ideológica e revolucionária que corporizava noutros países. Assim, ao longo da segunda década do século podemos encontrar sinais da sua aplicação na azulejaria, no desenho da moldura dos vãos, na serralharia artística e na carpintaria, bem como na conjugação de diversos materiais, como a cantaria lavrada, o cimento ou os metais. Um exemplo de uma aplicação estruturada é a plástica decorativa da já referida habitação de António Ferreira da Costa, de 1913, que combina os diversos elementos e técnicas de forma mais consistente e relacionável com as suas funções e características.

Os estabelecimentos de banhos, próprios de uma estância balnear, surgem em 1890¹⁰⁰, contudo, até 1915, seriam sobretudo edifícios de pequena dimensão resultantes da iniciativa privada, muitas vezes de banheiros¹⁰¹. Seria justamente no Balneário da Rua 8, mandado construir por Francisco Maria Simões, em 1915, que encontramos um exemplar mais consistente dentro do espírito da *Arte Nova* para além das mais frequentes experiências epidérmicas. As plantas, sem assinatura, são atribuídas a Francisco da Silva Rocha¹⁰².

⁹⁸ Sobre a presença da cerâmica ornamental em Espinho, *vd.* CASTRO, 2009.

⁹⁹ Cf. BARREIRA, 2013: 53.

¹⁰⁰ Cf. CASTRO, 2009: 13.

¹⁰¹ Cf. CASTRO, 2009: 13-14.

¹⁰² Cf. BARREIRA, 2013: 54. *Vd.* FERNANDES, 1999.

A receção da novidade faz-se, ao longo destes anos, como posteriormente, pela renovação pontual do edificado e pela criação de *devantures* nos estabelecimentos comerciais, como no caso da Padaria Ferreira, em 1915¹⁰³, que combina uma elegante moldura neogótica com os azulejos de Licínio Pinto, evidenciando o universo vegetalista e feérico conotado com a *Arte Nova*.

Embora seja claro o papel da *Arte Nova* para a renovação do formulário decorativo, não concordamos com a opinião de Maria João Fernandes ao referir-se a Espinho como «[...] um dos mais valiosos núcleos de arquitetura *Arte Nova*, de que se tem conhecimento no nosso país [...]»¹⁰⁴. Consideramos antes que os seus elementos integraram e contribuíram para o referido processo de renovação sem, no entanto, abandonarem as tradicionais soluções epidérmicas na maioria dos casos.

Dos novos equipamentos construídos até 1918 destacam-se o Grande Hotel de Espinho¹⁰⁵, de 1909, raro edifício de três pisos¹⁰⁶ e extensa fachada localizado na Rua 19, resultando de uma reconstrução, que perpetuava as arcadas do Hotel Bragança e de outros edifícios da mesma rua. Em 1905 é ainda construída uma Praça de Touros, afastada do centro da vila, no quarteirão atualmente ocupado pela antiga Creche da Fosforeira. O projeto, que utilizava o «obrigatório» neoárabe, era do Engenheiro Casimiro Jerónimo de Faria, que já havia construído a Praça da Alegria, no Porto¹⁰⁷. O edifício seria demolido em 1931¹⁰⁸.

Associada ao progresso e sem preconceitos relacionados com a adoção dos novos materiais, a indústria poderia ter sido um importante terreno para a modernização do edificado espinhense, no entanto, a realidade foi um pouco diferente e mais próxima daquilo que víamos em relação à habitação. Foi já referida a importância da Fábrica de Conservas Brandão, Gomes & C.^a, fundada em 1894. Em 1900, a empresa havia construído o novo edifício, que, em 1910, impressionava pelas suas dimensões e «[...] magníficas condições higiénicas, solidez e segurança [...]»¹⁰⁹. A empresa possuía ainda tipografia e litografia próprias, onde era produzido o material publicitário que se destacava pela sua qualidade e sofisticação.

No entanto, a maioria da indústria espinhense funcionava, em 1910, em instalações precárias contíguas à habitação dos seus proprietários. A maioria das instalações era formada pela adição sucessiva de corpos, ditada pelas necessidades

¹⁰³ AME — *Processos de obras particulares: 1915*, doc. 3.

¹⁰⁴ FERNANDES, 1999: 93.

¹⁰⁵ AME — *Processos de obras particulares: 1910*, doc. 12. O processo não permite precisar a pré-existência mas indica tratar-se de uma reconstrução.

¹⁰⁶ Note-se que nos referimos apenas aos pisos que não resultam do aproveitamento do vão do telhado.

¹⁰⁷ Cf. RIBEIRO, 2001: 55-56.

¹⁰⁸ AME — *Processos de obras particulares: 1931*, doc. 3.

¹⁰⁹ BARREIRA, 2013: 104.

de expansão e pela aquisição de terrenos. Foi o caso da Fábrica de Papel de Pedro da Silva Godinho, que, entre 1913 e 1921, expandia as suas instalações, que seriam adquiridas em 1926 pela Companhia Fosforeira Portuguesa.

Somente em 1935, com a renovação da Fábrica Progresso de Manoel Francisco da Silva, as tendências modernistas começariam a marcar presença na arquitetura industrial. No entanto, uma observação cuidada do edifício, marcado pela sua platibanda recortada e pela ornamentação Artes Déco, que publicita os objetos produzidos, permite perceber que este era constituído por diversos corpos, que haviam sido construídos e agregados desde 1917, altura em que Manoel Francisco da Silva mandara construir uma serralharia mecânica e depósito de materiais contíguos a uma casa de habitação, que ainda era perceptível na nova fachada. Porém, já desde a primeira construção que o proprietário procuraria expandir as instalações, conseguindo que a Câmara Municipal interrompesse o prolongamento da Rua 10. Tal como se apresenta com esta renovação, o edifício impressionava pelas suas dimensões, elevando-se a uma altura de três andares e podendo apresentar cobertura em terraço, o que implicaria uma utilização de novos materiais. Em 1917 surge a primeira fábrica relacionada com a construção, as quais seguiriam percursos semelhantes às restantes indústrias, como a Constructora de Espinho, de José Gomes da Silva Mateiro, que fora criada em 1920 e seria sucessivamente aumentada até 1924.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: ESPINHO VISTO DA CASA DE JOSÉ EMÍDIO DE SOUZA CARDOSO

No n.º 66 da atual Avenida 8, então designada por Avenida de Serpa Pinto, a poente da linha do caminho de ferro, poderíamos encontrar a casa da família Souza-Cardoso, de frente estreita, destacando-se pela sua elevada cêrcea e figurando claramente nas fotografias que representam a zona norte da vila¹¹⁰. Contando com três pisos, o último dos quais já ao nível das águas-furtadas, o edifício de habitação unifamiliar desenvolvia-se em altura de acordo com uma solução que, de acordo com a documentação fotográfica, era comum no século XIX, tendo, porém, sido menos frequente no século seguinte, como vimos. As suas características permitir-lhe-iam usufruir de uma ampla vista para o areal, a poente, e para a vila em expansão, para nascente.

A sua localização, no quarteirão compreendido entre a Rua 17 e a Rua 13, nas proximidades da estação, era absolutamente privilegiada, ficando a poucos metros da «área de receção» e dos principais centros da sociabilidade espinhense de então,

¹¹⁰ Em ALFARO, 2016, a casa é claramente visível na fotografia número 16, sendo o último edifício, voltado para a Estação, no alinhamento do Café Chinez e do Casino.

como a Assembleia ou o Café Chinez. Caminhando para sul, Amadeo poderia encontrar, a partir de 1907, o novo Cinematógrafo Avenida¹¹¹, na continuidade do Hotel Bragança. Com a passagem para o século XX, a multidão que deambulava pelo «Chiado» começa a juntar-se na Avenida 8, na esplanada do Café Chinez, dando origem ao que, em meados do século, com a construção do Palácio Hotel, se denominaria de «picadeiro»¹¹². Seria, ironicamente, a sua excelente localização a ditar a sua demolição, com a construção de novos complexos hoteleiros a partir da década de 70.

Entre 1887 e 1918, Espinho conhece um período de enormes transformações, passando de uma praia subsidiária da Vila da Feira para uma vila e concelho independentes. Amadeo conhecera, certamente, o velho aglomerado irregular que seria destruído pelas invasões do mar ao longo da primeira década do século. Paralelamente, testemunhava também as alterações resultantes da vontade dos espinhenses, com a expansão para nascente e a consolidação do traçado regular ditado pela Planta de 1900.

Em meados do século, Espinho via concretizada a modernização dos seus equipamentos, com a criação de uma «área de lazer» a poente da linha, uma área de habitação e de serviços, a nascente, e uma zona industrial a sul¹¹³. Amadeo faleceria antes de todas estas transformações, que ditariam o fim dos espaços de sociabilidade que conhecera e frequentara. Contudo, seria justamente durante o seu período de vida, como vimos, que a nova vila encontraria a direção do seu futuro desenvolvimento.

FONTES

Nota: A documentação foi consultada no Arquivo Municipal de Espinho (AME) previamente ao processo de reorganização dos fundos que tem vindo a decorrer, pelo que referenciamos as espécies tal como estavam identificadas à data da consulta.

Arquivo Municipal de Espinho

AME — *Livro de Actas das Sessões da Câmara*, n.º 3, Sessão de 28 de novembro de 1908, fl. 107.

AME — *Processos de obras particulares: 1909*, doc. 41.

AME — *Processos de obras particulares: 1910*, doc. 12.

AME — *Processos de obras particulares: 1910*, doc. 18.

AME — *Processos de obras particulares: 1913*, doc. 46, 69.

AME — *Processos de obras particulares: 1913*, doc. 143.

AME — *Processos de obras particulares: 1915*, doc. 3.

AME — *Processos de obras particulares: 1916*, doc. 37.

AME — *Processos de obras particulares: 1931*, doc. 3.

¹¹¹ Sobre os cinematógrafos veja-se RIBEIRO, 2001.

¹¹² Cf. BARREIRA, 2013: 38.

¹¹³ Cf. BARREIRA, 2013: 115-123.

BIBLIOGRAFIA

- ALFARO, Catarina (2016) — *Amadeo de Souza-Cardoso, Fotobiografia*. In FREITAS, Maria Helena de et al. — *Amadeo de Souza-Cardoso: Catalogue Raisonné*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ALMEIDA, Pedro Vieira de; FERNANDES, José Manuel (1986) — *A Arquitectura Moderna (História da Arte em Portugal)*. Lisboa: Alfa, vol. 14.
- AMORIM, P. Aires de (1999) — *Da Arte da Xávega de Espinho a Ovar*. Ovar: CMO.
- ANACLETO, Maria Regina (1997) — *Arquitectura neomedieval portuguesa: 1780-1924*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2 vols.
- BARREIRA, Hugo (2013) — *Improvisos de Progresso: Arquiteturas em Espinho (1900-1943)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- ____ (2014) — *Espinho: a paisagem (des)construída*. Disponível em <http://www.citcem.org/3encontro/docs/pdf/part_09/63%20-%20Hugo%20Barreira%20-%20TEXTO.pdf>. [Consulta realizada em 2/10/2017].
- BELÉM, Margarida Cunha; RAMALHO, Margarida Magalhães (2009) — *Foto-biografias do Século XX — Amadeo de Souza-Cardoso*. Rio de Mouro: Temas e Debates.
- BRANDÃO, Francisco de Azevedo (1983) — *O Culto de Nossa Senhora da Ajuda em Espinho*. «Espinho Boletim Cultural», vol. V, n.º 17. Espinho: CME, p. 1-30.
- ____ (1991) — *Anais da História de Espinho (985-1926)*. Espinho: CME/JFE.
- BRIZ, Maria da Graça Fernandes Pestana dos Santos Gonzalez (2003) — *A Vilegiatura Balnear Marítima em Portugal. 1870-1970. Sociedade, Arquitectura e Urbanismo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.
- CARVALHO, Maria Filomena Barros de (1997) — *Arquitectura e Vilegiatura na Foz do Douro (1850-1910)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CASTRO, Carla (2005) — *Morfologia Urbana Espinhense (1863-1913)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CASTRO, Tiago Manuel Gomes de (2009) — *A Cerâmica Ornamental na Arquitectura da Cidade de Espinho. O azulejo e a estatuária*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- CASTRO, Tiago (2011) — *Reconstituição Histórica da Escola Conde de Ferreira em Espinho*. Espinho: Edição do autor.
- DIAS, Benjamin da Costa (1981) — *Narrativas e Documentos*. «Espinho Boletim Cultural», vol. III, n.º 11-1. Espinho: CME, p. 219-347.
- FERREIRA, Andrea Violas (2005) — *Espinho, uma leitura da morfologia urbana*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Prova final.
- FERNANDES, Maria João Rocha Simões (1999) — *Francisco da Silva Rocha (1864-1957). Arquitectura Arte Nova. Uma Primavera Eterna*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- FERNANDES, Mário Gonçalves (2002) — *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa do Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança). 1852/1926*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- GAIO, Carlos Morais (1999) — *A Génese de Espinho. Histórias e Postais*. Porto: Campo das Letras.
- LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa de Pinho (1874) — *Portugal Antigo e Moderno — Dicionário Geographico, Estatístico, Chorographico, Heraldico, Historico, Biographico e Etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

- LOPES, António Teixeira (1998) — *O Nascimento de um Aglomerado Urbano: Espinho no Limiar do Século XX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- MACHADO, Júlio Cesar; CHAGAS, Pinheiro [1877] — *Fora da Terra*. Porto: Livraria Internacional.
- MIGUEL, Fernanda (2000) — *O Primeiro Autarca de Espinho e Memórias Antigas 1889*. Espinho: Edição da autora.
- NEVES, Fausto (1982) — *Espinho há 50 anos*. «Espinho Boletim Cultural», vol. IV, n.º 13. Espinho: CME, p. 7-29.
- ORTIGÃO, Ramalho (1876) — *As Praias de Portugal — Guia do Banhista e do Viajante*. Porto: Livraria Universal.
- ____ (1987) — *As Farpas I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- PEREIRA, Álvaro (1970) — *Espinho. Monografia*. Espinho: Edição do Autor.
- RIBEIRO, Armando (2001) — *Sociabilidades e Marginalidades em Espinho: práticas sociais, culturais e associativas (1889-1915)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado.
- VENTURA, José (1982) — *Praia de Espinho (fragmentos)*. «Espinho Boletim Cultural». vol. IV, n.º 13. Espinho: CME, p. 81-89.

